



Imprensa Oficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

BALANÇO DE 2016

IMPRESA OFICIAL DO ESTADO S.A. – IMESP
CNPJ 48.066.047/0001-84

MENSAGEM DA DIRETORIA

Diante do cenário de grande desafio que se apresentava para 2016, em razão da crise econômica em curso, a Imprensa Oficial do Estado – IMESP adotou medidas significativas com o objetivo de manter o equilíbrio de suas contas, porém preservando a qualidade dos seus serviços e produtos.

Ações efetivas que contribuíram para o êxito: a utilização do sistema de preçõs eletrônicos resultou numa economia de 37% dos preços dos serviços e produtos licitados, com base no preço de referência, as reduções do quadro de pessoal, do consumo de energia, de água e de telefonia, a renegociação do contrato de locação de veículos, o maior rigor no controle de perdas de chapas e papéis, o controle das metas de redução de ajustes de máquinas de impressão e acabamento, o acompanhamento diário do apontamento e o andamento dos trabalhos nos processos produtivos em tempo real. Essas medidas tiveram um impacto positivo na redução dos custos internos da empresa.

Apesar do cenário desfavorável, a IMESP atingiu em 2016 um faturamento total de aproximadamente R\$ 395 milhões, representando um crescimento de 2,1% sobre o faturamento total aproximado de R\$ 387 milhões em 2015. A realização do Projeto da Secretaria Estadual de Educação em 2016 resultou na produção de 67 milhões de livros didáticos para o “Programa Ler e Escrever”, “Projeto Educação Matemática nos Anos Iniciais – EMAI”, “Educação de Jovens Adultos – EJA e CEEJA”, e o “Programa São Paulo Faz Escola”, destinados aos professores e alunos do Ensino Fundamental e Ensino Médio do Estado de São Paulo. Livros esses distribuídos para os alunos das escolas estaduais, escolas municipais (dos municípios que aderiram ao programa do Estado), diretorias de ensino, centros educacionais e pontos prisionais. Todo esse material foi produzido nos prazos acordados e com excelente padrão de qualidade. Foi agregado ao processo o apoio de uma nova ferramenta desenvolvida internamente pela IMESP, a IO TRANS, que possibilita o controle e a comprovação das entregas digitalmente, permitindo um nível elevado de satisfação da Secretaria Estadual de Educação e do Governo do Estado de São Paulo. Em 2016 mais uma vez a Imprensa Oficial atingiu o seu objetivo principal com relação ao Projeto Educação, que é de que os livros didáticos estejam nos Estabelecimentos de Ensino no início das aulas.



O Diário Oficial, que exige operação complexa e recursos de alta tecnologia para garantir a veiculação no prazo e evitar riscos à segurança do conteúdo manipulado, mantém-se como a principal atividade da empresa e garante, há 125 anos, a perenidade do acesso às leis, atos normativos e administrativos e resoluções legais a todas as esferas do Governo do Estado de São Paulo. Essas informações, organizadas e distribuídas nos Cadernos Executivo, Legislativo e Empresarial, chegam de aproximadamente 3,5 mil pontos e são transmitidas com a segurança e a privacidade da Certificação Digital.

Ainda em 2016 mantivemos, mais uma vez, a decisão de não aplicar reajuste ao preço da publicação no Caderno Empresarial do Diário Oficial, refletindo-se em uma desoneração de aproximadamente 16,9% ao se considerar os índices inflacionários do período do biênio 2014 – 2015.

Na área de tecnologia superamos nossas metas alcançando números expressivos. Emitimos 94 mil certificados digitais, foram realizados 27,6 milhões de visitas ao site da IMESP e, além disso, aprimoramos os sistemas de busca para garantir ao cidadão informações rápidas e precisas sobre licitações e contratos públicos, concursos, balanços de empresas, novas leis e decretos.

Em 2016 foi atingida a média de 279 mil pesquisas eletrônicas por dia no site do Diário Oficial, com 148 mil páginas certificadas digitalmente no Diário Oficial on-line.

O Jucesp on-line, que disponibiliza o acesso ao banco de dados da Junta Comercial de forma eletrônica, recebeu mais de 30 milhões de pesquisas e emitiu 10 milhões de Fichas Cadastrais.

Na parte editorial foram produzidos 8 títulos, bem como a venda de 13 mil exemplares na nossa livraria da Rua XV de Novembro, na Livraria Virtual e para terceiros. Alcançamos ainda a expressiva soma de produção gráfica de 1.330 Ordens de Serviços referentes às publicações comerciais.

O contexto desafiador de 2016 e o compromisso contínuo na busca do equilíbrio dos resultados nos permitiu um desempenho consistente. O Balanço Patrimonial aqui publicado comprova a solidez e os números positivos da Imprensa Oficial do Estado – IMESP.

A DIRETORIA

Balço Patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)						
Ativo	Passivo					
	Nota	31.12.16	31.12.15	Nota	31.12.16	31.12.15
Circulante				Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	4	267.506	211.984	Fornecedores	10	1.461
Cientes	5	13.432	17.234	Impostos e contribuições		5.490
Estoques	6	30.612	37.809	Adiantamento de clientes		2.631
Impostos a recuperar	7	3.987	3.853	Contas a pagar	10	19.707
Outros créditos		2.993	2.778	Provisão para férias		10.295
Despesas antecipadas		134	156	Provisão para licença-prêmio		253
				Provisão para imposto de renda		19.606
				Provisão para contribuição social		3.435
Total circulante		318.664	273.814	Total circulante		62.878
Não circulante				Não circulante		51.733
Impostos diferidos	3.7	5.331	8.756	Provisão para contingências	3.4	11.399
Depósitos judiciais e cauções		1.460	8.385			
Créditos diversos		1.198	863			
		7.989	18.004	Total do passivo não circulante		11.399
				Total do passivo		21.419
				Patrimônio líquido		
Investimentos		442	367	Capital social	11	139.770
Imobilizado	8	52.895	63.015	Reserva legal	11	25.415
Intangível	9	2.456	2.816	Reserva de lucros	11	142.984
Total não circulante		63.782	84.202	Total patrimônio líquido		308.169
Total do ativo		382.446	358.016	Total do passivo		382.446

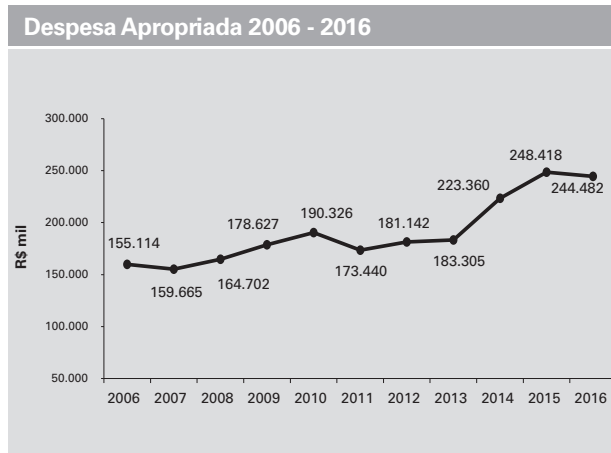
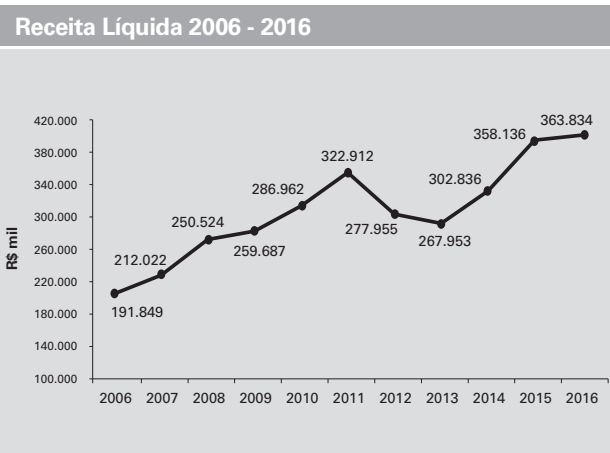
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração de fluxos de caixa - DFC dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)		
Fluxos de caixa originados de:	31.12.16	31.12.15
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido antes do IRPJ e CSLL	136.726	108.564
Ajustes patrimoniais:		
Depreciação	12.519	14.321
Reversão dos juros s/capital próprio	17.808	14.566
Aumento/redução em contas a receber	3.802	21.623
Aumento/redução de estoque	7.197	(8.476)
Aumento/redução em impostos a recuperar	(134)	(813)
Aumento/redução em outros créditos	(215)	21.429
Aumento/redução em despesas pagas antecipadamente	22	286
Aumento/redução do realizável a longo prazo	10.015	(4.693)
Aumento/redução em fornecedores	(490)	(125)
Aumento/redução de impostos e contribuições	(2.007)	1.709
Aumento/redução de adiantamento de clientes	(715)	(816)
Aumento/redução em contas a pagar e provisões	(4.089)	(19.378)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(37.246)	(45.092)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	143.193	103.105
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Compra de imobilizado	(2.553)	(3.236)
Baixa do imobilizado	514	200
Aumento/redução de aquisição de Investimentos/Provisão	(75)	1.265
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(2.114)	(1.771)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de dividendos/lucros aos acionistas	(85.557)	(87.345)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos	(85.557)	(87.345)
Aumento/redução líquida de caixa e equivalentes	55.522	13.989
Caixa e equivalente ao caixa no início do exercício	211.984	197.995
Caixa e equivalente ao caixa no fim do exercício	267.506	211.984
	55.522	13.989

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)				
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	135.064	20.345	130.153	285.562
Aumento de Capital Social	4.706	(4.706)	-	-
Lucro líquido do exercício			86.647	86.647
Destinação do lucro:				
Reserva Legal		4.333	(4.333)	-
Juros sobre o capital próprio no exercício			(14.566)	(14.566)
Dividendos Pagos Ref. Exercício de 2014			(72.779)	(72.779)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	139.770	19.972	125.122	284.864
Lucro líquido do exercício			108.862	108.862
Destinação do lucro:				
Reserva Legal		5.443	(5.443)	-
Juros sobre o capital próprio no exercício			(17.808)	(17.808)
Dividendos Pagos Ref. Exercício de 2015			(67.749)	(67.749)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	139.770	25.415	142.984	308.169

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de dezembro 2016 e 2015 (Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação do capital social integralizado - em Reais)			
	Nota	31.12.16	31.12.15
Receita líquida	12	363.834	358.136
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	12	(160.987)	(180.265)
Lucro bruto		202.847	177.871
Receitas (despesas) operacionais			
Honorários da Diretoria e dos Conselhos de Administração e Fiscal		(1.854)	(2.042)
Gerais e administrativas		(81.081)	(77.644)
Outras despesas operacionais		(1.457)	(5.544)
Outros Resultados - líquido		(3)	(11)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		118.452	92.630
Resultado financeiro - líquido		18.274	15.934
Lucro antes do imposto de renda, da contribuição social e da Reversão dos juros sobre o capital próprio		136.726	108.564
Imposto de renda		(33.223)	(26.455)
Contribuição social		(12.449)	(10.028)
Lucro antes da reversão dos juros sobre o capital próprio		91.054	72.081
Reversão dos juros sobre o capital próprio		17.808	14.566
Lucro líquido do exercício		108.862	86.647
Lucro líquido por ação do capital social integralizado - R\$		0.522	0.415

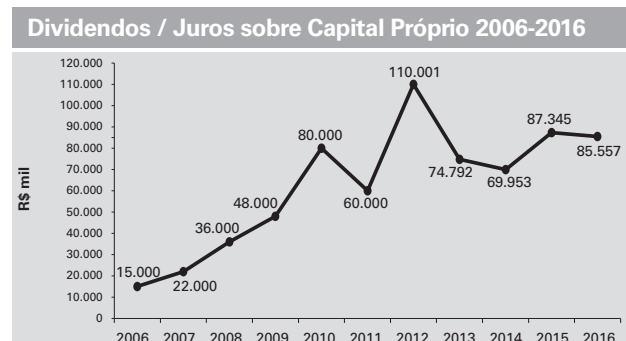
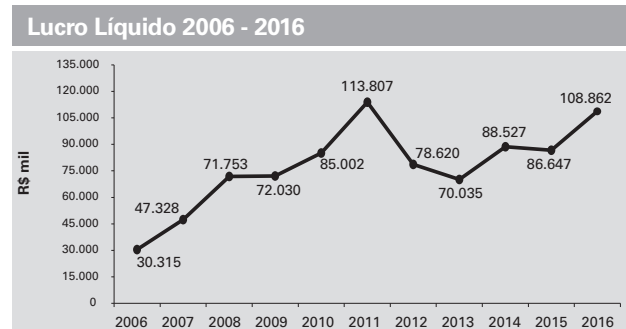
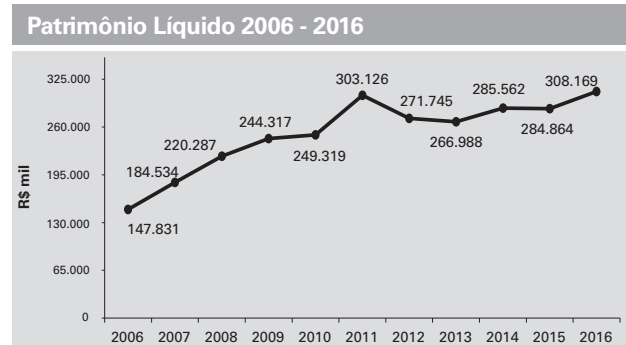
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente Findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)		
	31.12.16	31.12.15
Lucro líquido do exercício	108.862	86.647
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de outros resultados abrangentes do exercício	108.862	86.647

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Valor Adicionado - DVA dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)				
Demonstração do valor adicionado	2016	%	2015	%
1 - Receitas	414.097		390.337	
1.1 Vendas de mercadorias, produtos e serviços	414.100		390.348	
1.2 Não operacionais (ganhos e perdas de capital)	(3)		(11)	
2 - Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)	133.371		143.542	
2.1 Matérias-primas consumidas	29.507		30.407	
2.2 Custo das mercadorias e serviços vendidos	63.747		87.104	
2.3 Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	40.117		26.031	
3 - Valor adicionado bruto (1-2)	280.726		246.795	
4 - Retenções	12.285		14.068	
4.1 Depreciação e amortização ativo permanente	12.519		14.321	
4.2 Amortização e exaustão	80		83	
4.3 Crédito PIS/Cofins sobre depreciação	(314)		(336)	
5 - Valor adicionado líquido produzido pela empresa (3-4)	268.441		232.727	
6 - Valor adicionado recebido em transferência	37.633		29.497	
6.1 Receitas financeiras	37.633		29.497	
7 - Valor adicionado a distribuir (5+6)	306.074		262.224	
8 - Distribuição do valor adicionado	306.074	100,00%	262.224	100,00%
8.1 Pessoal (excluindo INSS) colaboradores	112.660	36,81%	105.411	40,20%
8.2 Impostos, taxas e contribuições (incluindo INSS) governo	81.985	26,79%	69.793	26,62%
8.3 Juros e aluguéis terceiros	2.567	0,84%	373	0,14%
8.4 Juros sobre capital próprio e dividendos acionistas	17.808	5,82%	14.566	5,55%
8.5 Lucros retidos/prejuízo do exercício retido	91.054	29,75%	72.081	27,49%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Imprensa Oficial do Estado S.A. – IMESP é sociedade por ações, de capital fechado, tem seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 35300054636.

Constituiu objeto da companhia: I – editar, imprimir e distribuir os Diários Oficiais e neles veicular as publicações determinadas por lei, de natureza pública e privada, inclusive as matérias de interesse de particulares de publicação obrigatória nos jornais oficiais; II – manter sob sua permanente guarda e conservação as publicações dos atos e documentos públicos e privados por ela veiculados, assegurando o acesso a qualquer interessado, pelos meios físicos e tecnológicos mais apropriados; III – prestar serviços de certificação digital e mecânica, a pedido de qualquer interessado, de todos os atos e documentos públicos e privados, objeto de suas publicações; IV – promover e atualizar permanentemente serviços eletrônicos das publicações dos atos e documentos públicos e privados, assegurando o acesso a qualquer interessado, mediante a utilização das mais avançadas tecnologias; V – prestar serviços de certificação digital desempenhando o papel de Autoridade Certificadora do Governo do Estado; desempenhando o papel de Autoridade de Registro da sua própria Autoridade Certificadora e de outras subordinadas à estrutura da ICP-Brasil; credenciando outros órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, Estados e Municípios, e demais instituições de interesse público como Autoridade Certificadora e/ou Autoridade de Registro para validação presencial no processo de emissão de certificados digitais; fornecendo certificados digitais para pessoas físicas e jurídicas, sistemas e redes; prestando serviços de digitalização, indexação, disponibilização, certificação digital e selo cronológico de documentos para os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, Estados e Municípios, e demais instituições de interesse público; desenvolvendo aplicações e demais programas utilizados pelos órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, Estados e Municípios, e demais instituições de interesse público que admitirem o uso de certificação digital como ferramenta de apoio à segurança da informação; VI – editar e coeditar publicações de interesse público e de difusão cultural, tais como livros, revistas, calendários, catálogos, coleções de leis e decretos; VII – prestar serviços gráficos, editoriais e de digitalização para publicações de interesse público, tais como livros, revistas, calendários, catálogos, coleções de leis e decretos, cartazes e folhetos de interesse dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, Estados e Municípios, e demais instituições de interesse público; VIII – a distribuição, diretamente ou por intermédio de terceiros, dos seus produtos e serviços; IX – a prestação de serviços de comunicação, diretamente ou por intermédio de terceiros, aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, Estados e Municípios, e demais instituições de interesse público; e X – a capacitação e o aperfeiçoamento profissional de seus empregados.

Parágrafo primeiro – A publicação dos atos oficiais do Estado, na hipótese do inciso I, será gratuita.

Parágrafo segundo – A Imprensa Oficial, na execução dos serviços objeto deste estatuto, visará à preservação do meio ambiente.

Parágrafo terceiro – A sede da Companhia fica na Rua da Mooca, 1.921, Bairro da Mooca, São Paulo, Brasil.

2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as normas contábeis estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC em consonância com a legislação societária e os Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são mensuradas e estão apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Companhia. Todas as informações apresentadas em Real foram arredondadas para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Sociedade no processo de aplicação das políticas contábeis.

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade para elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes:

3.1 Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a posse foi passada nesse prazo de tal forma que todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- a Companhia transferiu para o comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
- a Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- é provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia;
- os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade;
- Mais especificamente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a titularidade legal é transferida.

Prestação de serviços

A Companhia reconhece a receita da prestação de serviços provenientes das vendas de assinaturas de jornais são apropriadas ao resultado, de forma linear, tendo como base a quantidade contratada.

Receita de juros

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

3.2 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalentes de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, incluindo os investimentos de curto prazo e direito contratual.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro e caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras e são classificados como ativo financeiro a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. Para que uma aplicação financeira seja qualificada como equivalentes de caixa, ela precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeita a um significativo risco de mudança de valor. Portanto, uma aplicação financeira normalmente qualifica-se como equivalentes de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data de aquisição.

Contas a receber – ativo financeiro

As contas a receber – ativos financeiros incluem os valores a receber decorrentes dos serviços de assinaturas, da receita financeira e dos serviços de operação, classificados como “recebíveis” e registrado a valor justo.

Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data do balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (*impairment*). Os ativos são considerados irre recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado de caixa futuro.

3.3 Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

3.4 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

O montante reconhecido com uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação da data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

Provisões para litígios

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A provisão para contingência é atualizada mensalmente, a qual busca refletir a melhor estimativa corrente nas demonstrações contábeis, sendo constituídas para reclamações trabalhistas e cíveis as ações classificadas como prováveis:

Contingência – (R\$ mil)			
Total	Remota	Possível	Provável
28.574	7.625	9.550	11.399

Demonstração da movimentação

	R\$ mil	
	2015	2016
Saldo inicial	17.272	21.419
Adições	5.275	8.837
Baixas	(1.128)	(18.857)
Saldo final no exercício	21.419	11.399

3.5 Passivos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os passivos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. Esta classificação depende da natureza e do propósito do passivo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso debêntures não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Fornecedores: incluem obrigações com fornecedores de materiais e serviços, adquiridos no curso normal dos negócios.
- Dividendos: São reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

3.6 Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.7 Tributação

Impostos sobre a receita:

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65% e 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) – 3,00% e 7,6%;
- INSS (Desoneração da Folha de Pagamento) – 1,5%;

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional federal de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$240.000 no período base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos pelo regime de competência.

A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado.

Diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas vigentes sobre o lucro ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos com base nas alíquotas conhecidas, sobre as adições e exclusões tributáveis ou dedutíveis em exercícios futuros.

	R\$ mil	
	2015	2016
Imposto de Renda Diferido	6.633	4.039
Contribuição Social Diferida	2.123	1.292
Total	8.756	5.331

3.8 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas das demonstrações contábeis a Companhia não possuía ajustes a valor presente de montantes significativos.

3.9 Imobilizado

Terrenos, edificações, imobilizações em andamento, móveis e utensílios e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

Os terrenos não sofrem depreciação.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada, da mesma forma que os ativos próprios, ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

3.10 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

3.11 Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante, conforme política descrita na nota explicativa nº 11.

A Lei nº 9.249/95, complementada por disposições legais contidas na Lei 9.430/96, facultou a dedutibilidade fiscal do registro contábil de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP vigente no período. Esses juros são computados tendo por base o patrimônio líquido, sendo que, para efeito de dedutibilidade fiscal, devem ser pagos ou creditados aos acionistas, estando limitados a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% das reservas de lucros retidos relativos a exercícios anteriores.

3.12 Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 09 - Demonstração do valor adicionado, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

3.13 Informações por segmento

A Companhia não possui diferentes segmentos de negócios e administra o resultado das operações com base na estrutura da demonstração de resultados. Desta forma, não está sendo apresentada qualquer informação por segmento.

4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	R\$ mil	
	2016	2015
Caixa	20	17
Bancos	10	90
Aplicações financeiras	267.476	211.877
Total	267.506	211.984

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. São representadas por fundos de investimentos financeiros no montante de R\$ 268 milhões (R\$212 milhões em 31 de dezembro de 2015).

A qualidade do crédito dos ativos financeiros relativa às contas a receber de clientes circulante, é avaliada por metodologia de classificação dos clientes que considera o tempo de cadastro do cliente, e seu histórico de pagamentos, resul-

tando na classificação dos ativos financeiros. Os depósitos em bancos e aplicações financeiras estão classificados como baixo risco para curto prazo.

5 – CLIENTES

	R\$ mil	
	2016	2015
Agências, jornais e anunciantes	5.040	4.328
Prefeituras	3.839	4.373
Secretaria do Estado de São Paulo	1.388	5.000
Fundações, autarquias, institutos e agências reguladoras	1.345	246
Empresas públicas	1.056	1.078
Poder Legislativo e Ministério Público	480	887
Universidades	90	202
Livrarias	84	13
Entidade de classe e terceiro setor	46	585
Outros clientes	636	677
Subtotal	14.004	17.389
(-) Ordens de pagamentos bancárias a identificar	(572)	(155)
Total	13.432	17.234

O prazo médio de recebimento de créditos é inferior a 90 dias. Referem-se a valores a receber de clientes e estão reduzidas, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. A provisão para *impairment* de contas a receber é constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.

A Companhia possui uma Política de Crédito que tem por objetivo estabelecer procedimentos na concessão de crédito em operações comerciais, compatível com o nível de qualidade, agilidade e segurança exigidos. A determinação do limite ocorre por meio da análise de crédito, considerando: informações cadastrais; Informações econômico-financeiras;

8 – IMOBILIZADO

	Taxa de depreciação (%)	R\$ mil						2016
		2015	Adições	Transferência				
				Entrada	Saída	Baixa	Impairment	
Terrenos	-	2.884	-	-	-	-	-	2.884
Edifícios	4	23.081	-	967	-	-	-	24.048
Máquinas, aparelhos e equipamentos	4, 10 e 20	115.822	597	368	(366)	(2.359)	(3.066)	110.996
Instalações	10 e 20	37.881	-	-	-	(43)	-	37.838
Móveis e utensílios	10 e 20	9.336	79	306	(33)	(92)	-	9.596
Veículos	10 e 25	818	195	-	-	-	-	1.013
Outros bens de uso	10	684	2	-	-	-	-	686
Bens desativados	-	474	-	-	-	(7)	-	467
Imobilizações em andamento/ inoperantes	-	1.210	630	-	(1.242)	-	-	598
Subtotal		192.190	1.503	1.641	(1.641)	(2.501)	(3.066)	188.126
Depreciação acumulada		(129.175)	(11.109)	154	(154)	2.342	2.711	(135.231)
Total		63.015	(9.606)	1.795	(1.795)	(159)	(355)	52.895

Os testes de recuperação são realizados quando existirem indicadores de perdas, conforme descrito na nota explicativa nº 3.9. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a

Administração identificou eventos que denotam a existência de indicadores de perdas e constituiu provisão para perda do valor recuperável no montante de R\$ 483.

6 – ESTOQUES

	R\$ mil	
	2016	2015
Produtos acabados	5.520	7.155
Produtos em elaboração	18.806	19.096
Matérias-primas	4.632	3.230
Estoques em poder de terceiros	719	7.305
Peças e materiais diversos	1.927	2.358
Subtotal	31.604	39.144
(-) Provisão para redução ao valor de mercado	(992)	(1.335)
Total	30.612	37.809

Os estoques são avaliados pelo custo médio ponderado de aquisições ou produção e a metodologia de apuração do valor de mercado está em conformidade com o CPC 16.

O custo dos estoques reconhecidos como despesas e incluídos em “Custo dos produtos vendidos” totalizou R\$ 160.987 em 2016 (R\$ 180.265 em 31 de dezembro de 2015).

7 – IMPOSTOS A RECUPERAR

	R\$ mil	
	2016	2015
IPI a recuperar	2.919	2.735
ICMS a recuperar	790	558
PIS/PASEP a compensar	0	282
IPI a compensar	278	278
Total	3.987	3.853

9 – INTANGÍVEL

	Taxa de depreciação (%)	R\$ mil						2016
		2015	Adições	Transferência				
				Entrada	Saída	Baixa	Impairment	
Software	20 e 50	29.721	580	1.006	-	(469)	-	30.838
Adiant.p/Implantação de software	-	1.299	470	-	(1.006)	-	-	763
Subtotal		31.020	1.050	1.006	(1.006)	(469)	-	31.601
Amortização acumulada		(28.204)	(1.410)	-	-	469	-	(29.145)
Total		2.816	(360)	1.006	(1.006)	-	-	2.456

10 – CONTAS A PAGAR A FORNECEDORES

	R\$ mil	
	2016	2015
Fornecedores	1.461	1.951
Contas a pagar	19.707	14.780
Total	21.168	16.731

A Companhia coloca em prática suas políticas de gerenciamento dos riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conforme os termos originalmente acordados. Contudo, não reconheceu o ajuste a valor presente, uma vez que as operações são de curto prazo, e considera irrelevante o efeito de tais ajustes.

11 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social e direito das ações

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2015 e 2016 é respectivamente de R\$139.7 milhões, estando representado por 208.718.358 (duzentos e oito milhões, setecentos e dezoito mil, trezentos e cinquenta e oito) ações ordinárias sem valor nominal.

Reserva legal

Está representada em montante equivalente a 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de lucros

É representada por conta de apuração do lucro líquido do exercício e de lucros retidos de exercícios anteriores, conforme determina a legislação vigente. Esta será objeto de deliberação societária em Assembleia Geral Ordinária, quanto à destinação sobre o lucro auferido no exercício de 2016.

Remuneração aos acionistas

O Estatuto da Sociedade em seu artigo 29 estabelece direito ao pagamento de um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações.

Em ata de Conselho de Administração, realizada no dia 25 de novembro de 2016, foi aprovado a distribuição de R\$ 17,8 milhões a título de juros remuneratórios do capital próprio por conta do resultado apurado no período do exercício de 2016 e deverá ser submetida à ratificação dos Srs. Acionistas na Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas deste exercício de 2016. A administração proporá à Assembleia Geral dos Acionistas o complemento de dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2016 e que os juros sobre o capital próprio sejam imputados ao dividendo mínimo obrigatório. Para fins de atendimento às normas expedidas pela administração tributária federal, o montante dos juros sobre o capital próprio foi contabilizado como *Despesas Financeiras* e revertido, para fins de publicação, para reserva de lucros.

12 – CUSTOS, DESPESAS E RECEITAS

São reconhecidos e contabilizados pelo regime de competência do exercício com base nos valores contratados.

Comparativo do Custo/Despesas e Receita Líquida – (R\$ mil)					
	2016		2015		Var. %
Custo/Despesas	R\$ 277.081	100,0%	R\$ 281.026	100,0%	(1,4)%
Custo dos produtos vendidos	160.987	58,1%	180.265	64,1%	(10,7)%
Despesas com vendas e marketing	4.373	1,6%	4.104	1,5%	6,5%
Despesas administrativas	78.562	28,3%	75.582	26,9%	3,9%
Despesas Financeiras	18.210	6,6%	14.948	5,3%	21,8%
Outras despesas operacionais	14.949	5,4%	6.127	2,2%	144,0 %
	2016		2015		Var. %
Receita Líquida	R\$ 363.834		R\$ 358.136		1,6 %

13 – CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitadas em resultado é demonstrada como segue:

Composição da despesa de IRPJ e CSLL	31/12/2016	31/12/2015
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	136.726	108.564
Diferenças temporárias/permanentes líquidas	(1.636)	3.211
Imposto de renda e contribuição social	(44.036)	(39.694)
	(45.672)	(36.483)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(42.247)	(38.227)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(3.425)	1.744
	(45.672)	(36.483)
Alíquota efetiva sobre o lucro líquido	33,40%	33,61%

14 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A Administração, adotando os princípios apresentados pelo pronunciamento que trata das informações por Segmento, definiu os segmentos operacionais reportáveis da Companhia com base nos relatórios utilizados para tomada de decisões estratégicas, analisados pela Administração, a qual é responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho por segmento operacional e pela tomada de decisões estratégicas. Assim, estes foram segmentados em dois grandes grupos de produtos:

- Produtos jornalísticos;
- Produtos gráficos;

Em 31 de dezembro de 2016					
	Produtos Jornalísticos	Produtos Gráficos	Outras	Corporação	Total
Receita líquida	228.344	122.350	13.140	-	363.834
(-) CPV	(23.672)	(118.038)	(19.277)	-	(160.987)
Lucro bruto	204.672	4.312	(6.137)	-	202.847
Despesas com vendas	(2.628)	(1.505)	(240)	-	(4.373)
Despesas Administrativas e outras	-	-	-	(80.022)	(80.022)
Resultado financeiro	-	-	-	18.274	18.274
Imposto sobre lucro	-	-	-	(45.672)	(45.672)
Lucro (prejuízo líquido)	202.044	2.807	(6.377)	(107.420)	91.054

Em 31 de dezembro de 2015					
	Produtos Jornalísticos	Produtos gráficos	Outras	Corporação	Total
Receita líquida	235.357	107.795	14.984	-	358.136
(-) CPV	(19.983)	(115.618)	(44.664)	-	(180.265)
Lucro bruto	215.374	(7.823)	(29.680)	-	177.871
Despesas com vendas	(2.605)	(1.271)	(228)	-	(4.104)
Despesas Administrativas e outras	-	-	-	(81.137)	(81.137)
Resultado financeiro	-	-	-	15.934	15.934
Imposto sobre lucro	-	-	-	(36.483)	(36.483)
Lucro (prejuízo líquido)	212.769	(9.094)	(29.908)	(101.686)	72.081

A Companhia optou por não apresentar o lucro, ativos e passivos separadamente para cada um dos segmentos operacionais em que atua, visto que os mesmos compartilham a estrutura de custos indiretos, despesas administrativas e de vendas.

15 – REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros eleitos em Assembleia Geral Ordinária e os diretores estatutários. A remuneração dos administradores é composta por honorários fixos, participações nos resultados e benefícios. Os montantes incorridos estão integralmente registrados no resultado do exercício nos montantes abaixo detalhados:

	R\$ mil	
	31/12/2016	31/12/2015
Honorários	878	814
Encargos sociais (INSS e FGTS)	0	21
Benefícios pós-emprego	185	394
Total Diretoria	1.063	1.229
Honorários	791	813
Total Conselheiros	791	813

16 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a classificação dos ativos financeiros por categoria é a seguinte:

	R\$ mil			
	31/12/2016			31/12/2015
Ativos financeiros	Recebíveis	A valor justo por meio do resultado	Total	Total
Caixa e equivalentes	-	267.506	267.506	211.984
Impostos compensáveis	-	3.987	3.987	3.853
Despesas antecipadas		134	134	156
Ativo financeiro	13.432	-	13.432	17.234
Total	13.432	271.627	285.059	233.227

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a classificação dos passivos financeiros por categoria é a seguinte:

	R\$ mil	
	31/12/2016	31/12/2015
Passivos financeiros	Total	Total
Fornecedores e contas a pagar	21.168	16.731
Salários e encargos	10.548	9.544
Impostos e obrigações fiscais	28.531	22.112
Total	60.247	48.387

Gestão de riscos

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

17 – COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado cobertura compatível com seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2016, a cobertura de seguros e riscos diversos para os bens do imobilizado era de R\$ 119,4 milhões.



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros, Acionistas e Diretores da Imprensa Oficial do Estado S.A. – IMESP São Paulo - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações contábeis da Imprensa Oficial do Estado S.A. (a “Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Imprensa Oficial do Estado S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

OUTROS ASSUNTOS

INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja a apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, mas não é requerida para entidades de capital fechado.

Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

AUDITORIA DOS VALORES CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO ANTERIOR

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por nós de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 12 de fevereiro de 2016, que não conteve nenhuma modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2017.



FRCA
Auditoria - Consultoria - Gestão - Assessoria Contábil
FRCA
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 026625/O-6
Adriana Andrade de Oliveira
Contadora
CRC nº 1 SP 225.171/O-7

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO S.A. - IMESP, representado pelos seus membros que este subscrevem, no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, compreendendo o Balanço Patrimonial e as Demonstrações do Resultado, do Fluxo de Caixa, do Valor Adicionado e das Mutações do Patrimônio Líquido, complementadas pelas notas explicativas e fundamentado nas verificações realizadas nos balancetes mensais, nas informações colhidas e nos esclarecimentos prestados pelos órgãos da administração da empresa, no decorrer do exercício e com base no Parecer dos Auditores Independentes, datado de 12 de fevereiro de 2017, é de parecer que as mencionadas Demonstrações Financeiras estão em condições de serem submetidas à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2017.

Gilberto Souza Matos
José Alexandre Pereira de Araújo
Fabiana Vitor Santos
Karla Bertocco Trindade

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO S.A. - IMESP, representado pelos seus membros que este subscrevem, no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, compreendendo o Balanço Patrimonial e as Demonstrações do Resultado, do Fluxo de Caixa, do Valor Adicionado e das Mutações do Patrimônio Líquido, complementadas pelas notas explicativas e fundamentado nas verificações realizadas nos balancetes mensais, nas informações colhidas e nos esclarecimentos prestados pelos órgãos da administração da empresa, no decorrer do exercício e com base no Parecer dos Auditores Independentes, datado de 12 de fevereiro de 2017, é de parecer que as mencionadas Demonstrações Financeiras estão em condições de serem submetidas à apreciação da Assembleia Geral dos Acionistas.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2017.

Saulo de Castro Abreu Filho
Moacir Rossetti
João Afonso Solis
Laura Margarida Josefina Laganá
Maria Felisa Moreno Gallego
Orlando de Assis Baptista Neto

IMPrensa Oficial DO ESTADO S.A. IMESP
CNPJ 48.066.047/0001-84

Maria Felisa Moreno Gallego
Diretora-Presidente

Richard Vainberg
Diretor Administrativo e Financeiro

Ivail José de Andrade
Diretor Industrial

Eduardo Yoshio Yokoyama
Diretor de Gestão de Negócios

Adilson Castro de Souza Rocha
Gerente Financeiro

Airton Correia de Andrade
Contador - CRC 1SP 200808/O-1

